



**Announcement** | Lisbon | 6 February 2018

---

## **Notice to the Market disclosed by Oi**

PHAROL, SGPS S.A. hereby informs on the Notice to the Market disclosed by Oi, S.A., according to the company's announcement attached hereto.

### **PHAROL, SGPS S.A.**

Public Company  
Share capital Euro 26,895,375  
Registered in the Commercial  
Registry Office of Lisbon and  
Corporation no. 503 215 058

PHAROL is listed on the Euronext  
(PHR).  
Information may be accessed on  
Bloomberg under the symbol PHR  
PL.

Luis Sousa de Macedo  
Investor Relations Director  
ir@pharol.pt  
Tel.: +351 212 697 698  
Fax: +351 212 697 649

**pharol.pt**

*The Company informs that it will release a translation of this document into English as soon as possible.*



**Oi S.A. – In Judicial Reorganization**

CNPJ/MF No. 76.535.764/0001-43

NIRE 33.300.29520-8

Publicly-Held Company

**NOTICE TO THE MARKET**

**Oi S.A. - In Judicial Reorganization** (“Oi” or the “Company”), in addition to the Notice to the Shareholders dated February 2, 2018, informs its shareholders and the market in general that it learned, yesterday, of a judgement rendered by the 7<sup>th</sup> Corporate Court of the Judicial District of the Capital of the State of Rio de Janeiro rejecting the shareholder Bratel S.A.R.L.’s request to partially reconsider the decision which confirmed the judicial reorganization plan and fully upholding such decision, including with respect to not holding the Extraordinary General Meeting convened by Bratel S.A.R.L. for February 7, 2018.

The decision in its entirety is attached to this Notice to the Market and is also available for download on the Company’s website ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), on the Empresas.NET System of the CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), as well as the website of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)). The Company will furnish an English translation of the decision as soon as possible to the US Securities and Exchange Commission under cover of Form 6-K.

The Company will keep its shareholders and the market informed about the development of the subject matter of this Notice to the Market.

Rio de Janeiro, February 6<sup>th</sup>, 2018

**Oi S.A. – In Judicial Reorganization**

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão  
Chief Financial Officer, Investor Relations Officer and Officer

Fls.

**Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001**

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.  
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.  
Autor: OI MÓVEL S.A.  
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.  
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.  
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.  
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.  
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL  
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD  
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION  
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.  
Interessado: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL  
Representante Legal: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR  
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS  
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA  
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA  
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO  
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN  
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Ricardo Lafayette Campos

Em 25/01/2018

### Despacho

Às fls.254.975/255.001 uma das acionistas da OI, a Bratel S.A.R.L, se insurge contra a homologação do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores, na assembleia geral realizada no último dia 19/12/2017, aduzindo em apertada síntese, não ter sido resguardado o direito de centenas de milhares de acionistas das recuperandas, e ponderando que os atos da diretoria da companhia se sobrepõe as prerrogativas da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, violando as diretrizes da Lei das S/A.

A Bratel, informa, ainda, que foi convocada Assembleia Geral Extraordinária da companhia recuperanda para o próximo dia 07/02/2018, e assim requer a reconsideração parcial da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sugerindo a alteração de algumas cláusulas com a suspensão de eficácia até a realização da referida AGE.

Ao tomarem ciência da pretensão da acionista Bratel, alguns credores vieram aos autos espontaneamente, para defender o plano de recuperação judicial aprovado e homologado pelo Juízo, ressaltando que os acionistas minoritários visam unicamente seus interesses, atitude que compromete o sucesso da empreitada recuperacional.

Pois bem. Pelo que se infere do pedido de reconsideração formulado pela acionista Bratel, o ponto nevrálgico da questão prende-se a decisão de governança, proferida pelo MM. Juiz Titular, já que o acionista minoritário entende que os atos da diretoria estariam suplantando os poderes dos órgãos deliberativos da companhia.

Ocorre que, não há notícia nos autos da modificação da referida decisão, seja pelo magistrado que a proferiu seja em sede de recurso. Além do mais, o plano de recuperação judicial foi aprovado pela maioria absoluta dos credores, e a decisão que o homologou está devidamente fundamentada e reafirmou o acerto da determinação que conferiu ao Presidente do Grupo OI a prerrogativa e a responsabilidade de negociar com os credores um plano que atendesse aos interesses da coletividade.

Se isso não bastasse, relevantes credores desta recuperação judicial ao tomarem ciência da intenção da acionista Bratel, se manifestaram espontaneamente nos autos (fls. 255.338 e 255.563/255.578) postulando a rejeição da pretensão de reconsideração parcial da decisão que homologou o plano de recuperação judicial. Ante o exposto, à vista das razões supra, rejeito a pretensão da acionista Bratel, e mantenho a decisão de fls. 254.741/254.756 por seus próprios fundamentos.

No mais, determino:

- 1) Fls.255.134/255.135 e 255.192/255.194 - Determino a autuação das petições e dos documentos que as instruem, como incidente de identificação de bondholders. Anote-se onde couber, dando-se imediata ciência ao Administrador Judicial;
- 2) Fls.255.131 (petição da Anatel) - Dê-se ciência a recuperanda e ao Administrador Judicial;
- 3) Fls.255.039/255.040 (petição da Fazenda Nacional) - À vista da comunicação da interposição de recurso, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se a chegada do pedido de informações, ou, comunicação acerca da eventual atribuição de efeito suspensivo ao recurso;
- 4) Fls. 255.033/255.034 (petição de Wilson Estevam Pereira e outro) - Manifeste-se o Administrador Judicial;
- 5) Fls. 255.602/255.617 - Ofício da 8ª Câmara Cível - Cumpra-se a r. decisão monocrática;
- 6) Fls.255.618/255.619 - Ofício da Vara Judicial da Comarca de Feliz (RS) - Está sedimentado no egrégio Superior Tribunal de Justiça por meio de decisões exaradas em conflitos de competência (CC.145,089/MT e 146.657/SP e AgInt no CC 149.827), que compete ao Juízo da recuperação judicial conhecer e determinar quanto à possibilidade de atos de constrição judicial sobre o patrimônio de sociedades empresárias em recuperação judicial. Isto porque, cabe ao Juízo universal obstar atos que, em potencial, possam afetar o já combalido ativos dessas sociedades, e que por via de consequência, venha a inviabilizar sua recuperação. Com efeito, levando ainda em consideração que o crédito exequendo está sujeito ao regime da recuperação judicial, haja vista ser decorrente de procedimento iniciado antes de sua distribuição (20/06/2016), sua satisfação deverá ocorrer junto ao regime concursal, sob pena de quebra da pars conditio creditorum, razão pela qual indefiro a penhora requirequitada. Oficie-se informando;
- 7) Mandado de penhora no rosto dos autos de fls. 254.947 - A situação é idêntica a retratada no item "6" supra, pelo que indefiro nos mesmos termos. Oficie-se;

8) Em resposta ao ofício da 2ª Vara do Sistema dos Juizados - Itabuna (BA), oficie-se informando que o prazo de suspensão das ações e execuções em face das recuperandas (art. 6º da LRF) se encerrou em 19/12/2017 com a realização da assembleia geral de credores, e, no tocante as execuções com depósitos já efetivados, deverá ser observado as diretrizes fixadas nos termos da decisão de fls. 89.518 cuja cópia deverá ser enviada;

9) Cientifiquem-se os interessados acerca da apresentação pelo Administrador Judicial, do relatório mensal de atividades (fls. 255.279/255.316);

10) Considerando que a decisão que homologou o plano de recuperação judicial restou mantida integralmente nesta oportunidade, nada há a prover no tocante as petições de fls. 255.317/255.338 e 255.563/255.578.

Rio de Janeiro, 25/01/2018.

**Ricardo Lafayette Campos - Juiz de Direito**

---

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Ricardo Lafayette Campos

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4NUM.JCD1.3WMB.QVTU**  
Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos